

## Seringueiros obtêm apoio a nova política para a borracha

Acompanhados pelo senador Jefferson Peres e pela senadora Marina Silva, os seringueiros estiveram ontem no Congresso defendendo uma política de preços para a borracha. Do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (foto), eles obtiveram apoio ao pleito, que inclui também linhas de crédito para a atividade e delimitação de novas áreas de reserva extrativista. Pág. 7



## Roberto Freire quer ampliar proibição de nomear parentes

Projeto que estende aos poderes Executivo e Legislativo a norma que proíbe aos membros do Ministério Público e do Judiciário nomear



Freire

parentes até o terceiro grau para cargos ou empregos em comissão, ou mesmo mantê-los nessas ocupações sob sua chefia, foi reapresentado pelo senador Roberto Freire (PPS-PE).

O senador explicou ter sido necessário reapresentar a proposição em virtude de equívoco ocorrido na Câmara, onde, segundo disse, o parecer favorável ao projeto, emitido pela Comissão Especial de Reforma Administrativa, foi registrado como contrário à matéria. O engano provocou o arquivamento da proposição.

Freire considerou urgente a aprovação de uma norma que promova um tratamento isonômico dessa situação em todos os Poderes, já que "os inconvenientes das nomeações de parentes são os mesmos em qualquer circunstância".

## Senado anuncia maior rigor no exame de títulos públicos

*Comissões técnicas terão sua atuação reforçada, informa ACM ao defender medidas que previnam problemas futuros*

### Plenário vota projeto que pune o trabalho escravo

Aquele que submeter o trabalhador a condições semelhantes às de escravo, ou a circunstâncias em que se evidencie qualquer degradação do homem, poderá ser punido com pena de reclusão de até oito anos, caso seja aprovado projeto de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) que deverá ser votado hoje pelo plenário.

Júlio Campos disse que as alterações pretendidas visam "se não extirpar, pelo menos reduzir ao mínimo as ações criminosas" contra os mais humildes, como, por exemplo, obrigar o trabalhador à prestação indefinida de serviços para garantir o pagamento de uma dívida con-



Júlio Campos

traída por meio de fraude ou extorsão.

O plenário também apreciará proposição que institui o Estatuto dos Garimpeiros, de iniciativa do senador João França (PMDB-RR). O projeto trata do direito dos garimpeiros à sindicalização e à formação de cooperativas, bem como reafirma garantias trabalhistas relativas a contratos de trabalho, higiene, segurança e defesa da saúde.

Será votado ainda projeto da Câmara que proíbe a retenção do documento de identidade para a entrada de pessoas em órgãos públicos ou particulares, determinando que apenas sejam anotados os dados de identificação do visitante.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem a decisão de reforçar a atuação das comissões encarregadas de examinar a emissão de títulos públicos. Segundo ele, esse rigor será permanente e antecederá a apreciação dos projetos pelo plenário. Na avaliação de ACM, o Banco Central falhou, "no mínimo por omissão grave", na questão dos desvios de finalidade dos títulos emitidos por estados e municípios para pagamento de precatórios. O papel da CPI foi debatido em plenário pelos senadores Geraldo Melo e Bernardo Cabral. Páginas 4 e 5

**Senadores têm propostas contra desigualdades**

Página 3

# Arruda crê em consenso sobre uso de MPs

*Aumentar o prazo de validade das medidas provisórias e evitar que elas sejam renovadas periodicamente pelo Executivo estão entre as propostas destacadas pelo senador*

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, informou ontem que tem trabalhado em torno das propostas existentes na Câmara e no Senado de regulamentação do uso de medidas provisórias pelo governo e que "já existem ares de consenso" sobre a proposta de aumentar o prazo de validade das MPs, hoje de 30 dias.

Arruda pediu que o Con-

gresso encontre uma fórmula de votar as medidas provisórias que vêm sendo renovadas mensalmente pelo Executivo. Conforme o líder do governo, vem caindo o uso de MPs, inclusive como resultado da votação de algumas das reformas de



José Roberto Arruda

estrutura do Estado. Informou que Fernando Henrique Cardoso baixou 77 medidas provisórias, com uma média de 2,96 por mês. Nos governos anteriores, desde a promulgação da Constituição de 88, a média é de 4,3 MPs por mês, disse ele.

- Nos próximos dias já deveremos ter alguns pontos de convergência, os quais serão levados ao presidente do Congresso - afirmou.

José Roberto Arruda reafirmou sua idéia de que o Congresso, ao regulamentar as MPs, deve dar ao Executivo "instrumentos que lhe são fundamentais no regime presidencialista", lembrando "o viés parlamentarista" da Constituição de 88.

## Távola condena redução do debate político a filmetes

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ) afirmou ontem que, sob pressão das televisões e rádios, os partidos acabaram por abdicar dos 60 minutos do horário político gratuito em prol da inserção de pequenos comerciais, abandonando o debate de idéias pelo convencimento urgente, simplificador e massificante.

Depois de observar que a política vive da afirmação de idéias, ele disse que, "ao adotar a linguagem televisual,

marcada pela urgência e síntese das mensagens, essa cultura do mosaico impõe uma perda muito grande às idéias políticas". Isso é o que acontece, segundo o senador, com dois filmetes comemorativos dos 17 anos do PT, especialmente o que se refere à Vale do Rio Doce.

Para Artur da Távola, "o PT, com enorme poder de argumentação", adotou todas as formas de massificação inerentes à publicidade, associando a venda da Vale "à idéia falaciosa de entrega do patrimônio do país ao

estrangeiro, co-notando, ao mesmo tempo, que os defensores da venda são antipatrióticos". Ele disse que, quando o debate político cede tanto aos processos de

comunicação, tudo é reduzido a *slogans*, a verdades limitadas que encapsulam o pensamento e mediocrizam a vida política.

Em aparte, Lauro Campos (PT-DF) afirmou que todo o apa-



Artur da Távola

rato de comunicação foi acionado na defesa da reeleição presidencial, tanto que o TSE retirou do ar, a seu ver acertadamente, "propagan-

da talvez enganosa" veiculada pelo governo. E indagou: "Por que os que têm apenas 30 segundos de tempo na televisão não podem utilizá-los para desenvolver suas teses?"

## Agenda do Dia

### PRESIDENTE

#### Senador Antonio Carlos Magalhães

**10h30** - Participa de reunião com os líderes do governo no Congresso, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal

**11h30** - Recebe o patriarca maronita do Líbano, Cardeal Pierre Sfeir

**12h** - Recebe o ministro da Saúde, Carlos César Albuquerque

**13h** - Participa de almoço com o ministro da Fazenda, Pedro Malan, Ministério da Fazenda

**15h30** - Preside sessão ordinária deliberativa do Senado Federal

**17h30** - Recebe o vice-presidente da General Motors, André Beer, acompanhado de diretores da empresa

### PLENÁRIO

#### 14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

**Pauta:** Apreciação das seguintes matérias: \*PLC nº 40/96, que acrescenta parágrafo ao art. 2º da Lei nº 5.553/68, que dispõe sobre a apresentação e uso de documentos de identificação pessoal; \*PLS nº 26/95, que institui o Estatuto dos Garimpeiros; e \*PLS nº 207/95, que altera dispositivos do Código Penal.

### PREVISÃO DE TRABALHOS

### PLENÁRIO

Quarta-feira (05.03.97)

Congresso Nacional

11h - Sessão Solene

**Pauta:** Comemoração do Dia Internacional da Mulher. Plenário do Se-

### nado Federal

**Oradores:** Pelo Senado Federal, senadora Emília Fernandes (PTB-RS). Pela Câmara dos Deputados, deputadas Maria Elvira e Marta Suplicy.

#### 14h30 - Sessão deliberativa ordinária do Senado

**Pauta:** Apreciação de diversas matérias, destacando-se: \*PDL nº 122/96, que dispõe sobre a prestação de contas do presidente da República, referente ao período de 29.9 a 31.12.92; \*PLS nº 101/96-Complementar, que autoriza o Poder Executivo a criar a Região Administrativa Metropolitana do Distrito Federal e Entorno, e a instituir o Fundo Complementar de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno; e \*PLS nº 86/95, que dispõe sobre incentivos à instalação de empresas fabricantes de veículos, partes, peças e componentes automotivos nas regiões economicamente desfavorecidas que especifica.

### COMISSÕES

Quarta-feira (05.03.97)

17h - CPI dos Precatórios

**Pauta:** Depoimentos dos diretores das empresas SMTJ - Assessoria Empresarial, Sérgio Derneka; Perfil - CCTVM, Gérson Martins e Luiz Calábria; e da Split - DTVM, Enrico Picciotto. Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho

Quinta-feira (06.03.97)

10h - Comissão Temporária para definir uma política para o desenvolvimento econômico e social da Amazônia

**Pauta:** Exposição do presidente do Ibama, Eduardo de Souza Martins. Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa

# Beni tem proposta de combate à desigualdade

*Projeto estabelece sistemática que prevê, até o ano 2000, a aplicação de pelo menos 40% dos recursos sob a administração do BNDES em financiamentos à Amazônia e ao Nordeste*

## Jefferson sugere mudanças na Zona Franca

O senador Jefferson Peres (PSDB-AM) sugeriu ontem a criação de um novo modelo para a Zona Franca de Manaus, a fim de ajustá-la à nova realidade do Brasil e do mundo. Ele propôs a realização de um amplo fórum, no qual se debateriam com "isenção e maturidade as mudanças imprescindíveis à inserção orgânica daquela área no contexto nacional".

No momento em que o programa completa 30 anos, Jefferson definiu a Zona Franca como "a mais bem sucedida experiência de desenvolvimento regional da história". No entanto, o senador é de opinião que o governo federal deveria dedicar atenção especial àquele empreendimento, no sentido de adotar medidas corretivas com vistas à sua consolidação e aprimoramento.

O senador lamentou que a Zona Franca tem sido vista com desconfiança e má vontade, especialmente pela mídia do Sul, que tem promovido "uma campanha sórdida e permanente que arrefece a imagem da Zona Franca, mas que não deve anular a capacidade de autocrítica dos que defendem melhorias para o local".

Jefferson Peres pediu que a classe política, o mundo acadêmico, a direção da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), o empresário do Distrito Industrial e as lideranças sindicais se mobilizem na busca de soluções alternativas para as mudanças que considera necessárias.



Jefferson

Preocupado com dados oficiais que demonstram uma previsível tendência de intensificação das desigualdades inter-regionais no Brasil, o senador Beni Veras (PSDB-CE) apresentou projeto de lei que estabelece uma sistemática de financiamento às regiões da Amazônia e do Nordeste, onde, até o ano de 2010, conforme projeções do PNUD/Ipea, estarão concentrados 66,4% dos pobres brasileiros.

O senador disse que a sua proposta consiste em orientar para a Amazônia e o Nordeste a força técnica, institucional e financeira do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). "De maneira ordenada e progressiva, o sistema BNDES aumentaria a sua presença nas duas regiões de modo que até o ano 2000 fossem aplicados pelo menos 40% dos recursos sob sua administração", afirmou.

Essa expansão de operações do BNDES teria como principais objetivos a promoção de atividades diretamente produtivas; a implantação e modernização de infraestrutura; e a expansão e melhoria dos serviços públicos de educação, saúde e saneamento. Segundo o senador, sua proposta é coerente com o art. 7º da Medida Provisória nº 1.562, que confere prioridade aos investimentos nas regiões Norte e Nordeste.

O projeto prevê a criação de um mecanismo de apoio aos empreendedores privados, que se somaria aos incentivos aos governos estaduais, complementando o esquema de financiamento de iniciativas de expansão ou modernização na área de hidrovias, portos, ma-



Beni Veras

lha ferroviária, aeroportos, eixos rodoviários, geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, entre outros.

Beni Veras ressaltou que a responsabilidade do BNDES seria semelhante

àquela que o órgão desempenhou "tão brilhantemente" na condução do Plano de Metas, em 1956/61. "Não uma simples agência financiadora, mas um agente de desenvolvimento, promotor e patrocinador de novos empreendimentos", disse.

Os governos estaduais e municipais promoveriam as iniciativas da expansão e melhoria dos serviços públicos básicos de educação, saúde e saneamento, financiadas parcialmente por agências internacionais de desenvolvimento.

## Waldeck Ornelas mostra estudos que confirmam perdas do Norte-Nordeste

Estudos divulgados recentemente pela Fundação Getúlio Vargas e pela Confederação Nacional da Indústria mostram que tem havido concentração de renda nos últimos anos, com prejuízos para o Norte-Nordeste, e só no ano 2010 a situação poderá se reverter. O registro foi feito ontem, em plenário, pelo senador Waldeck Ornelas (PFL-BA), que lamentou a falta de uma política do governo federal para reduzir desequilíbrios regionais, como manda a Constituição.

Já que o Executivo não promove a desconcentração da renda nacional, o Legislativo não pode se omitir. Qual



Waldeck Ornelas

a solução? A solução é apoiar e estimular investimentos nas regiões menos desenvolvidas. Até a Organização Mundial do Comércio, a temível gerente da globalização, admite incentivos de natureza regional - afirmou.

Waldeck leu trechos de uma entrevista concedida à revista *Veja* da semana passada pela economista Lena Lavinas, do Ipea, na qual ela diz que "o Brasil atravessa uma fase em que as desigualdades regionais estão recrudescendo. Isso depois de quase quatro décadas em que a distância entre os estados ricos e os estados periféricos vinha encolhendo lentamente". A economista frisa ainda que os programas de de-

envolvimento regional do governo federal "foram abandonados e as diferenças voltaram a crescer".

O senador baiano pediu apoio do Congresso a dois projetos que poderão ajudar a desconcentrar a renda. O primeiro, do senador Beni Veras (PSDB-CE), propõe que, a partir do ano que vem, as aplicações do BNDES na Amazônia e no Nordeste aumentem gradativamente, chegando no mínimo a 40% a partir do ano 2000. O outro projeto, do próprio Waldeck, altera dispositivo da Constituição para que 40% dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT, ex-PIS e Pasep) recebidos pelo BNDES sejam repassados ao Banco do Nordeste e ao Banco da Amazônia.

# Geraldo Melo alerta sobre o papel da CPI

*Se a comissão ultrapassar os limites de sua competência, poderá ser chamada pelo poder público a indenizar os prejudicados pela sua falta de serenidade, adverte senador*

## Suplicy prevê fatos novos em dois depoimentos

A CPI que investiga a emissão irregular de títulos públicos se reúne reservadamente hoje para discutir os fatos apurados até agora e para deliberar sobre duas novas convocações. A comissão deve convocar o corretor carioca Fábio Nahoun, sócio de Ronaldo Ganon no banco Vetor, e chamar para um segundo depoimento Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo.

As informações são do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem esta será a oportunidade de Wagner Ramos explicar quanto de fato recebeu pela consultoria oferecida para que estados e municípios emitissem títulos em quantidades superiores aos precatórios (débitos judiciais) que estavam obrigados a pagar.

Em depoimento prestado na semana passada à CPI, Wagner informou que recebeu apenas R\$ 150 mil por uma consultoria prestada à corretora Perfil, da qual dizia ser contratado. Em declarações à revista *Veja* desta semana, o banqueiro Fábio Nahoun informa que, dos recursos levantados pela emissão de títulos em Santa Catarina e Pernambuco, R\$ 33 milhões foram repassados para a Perfil, empresa que, segundo Suplicy, a CPI suspeita agora pertencer a Wagner.

- Obviamente, vamos querer saber a verdade. O advogado Márcio Thomás Bastos me disse que o Wagner resolveu falar. Há fatos novos aí. Precisamos saber se Wagner foi o único beneficiário desse dinheiro ou se teve sócios - disse.

Vice-presidente da CPI que apura irregularidades na emissão de títulos para pagamento de débitos judiciais (precatórios), o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) afirmou ontem em plenário que a comissão precisa ater-se à sua responsabilidade. Na opinião do senador, se for necessário fazer "uma faxina no sistema financeiro, a comissão só o fará se tiver capacidade de apresentar provas que a justifiquem".

Do contrário, Geraldo Melo entende que os integrantes da comissão estariam sendo responsáveis por uma lesão maior no mercado, em consequência da impropriedade de suas declarações. Preocupado com especulações da imprensa sobre decisões que a comissão sequer chegou a discutir, como im-



Geraldo Melo

peachment e quebra de sigilo de governadores e prefeitos, Geraldo Melo alertou para o fato de que o êxito da CPI se deverá unicamente ao legal cumprimento do seu dever.

- Se investigarmos todos os desvios de comportamento e se conseguirmos provas tecnicamente sustentáveis, teremos levado a bom termo a nossa missão - afirmou.

Geraldo Melo explicou que

não cabe à comissão adotar medidas que são da exclusiva competência do Banco Central ou das assembléias legislativas: "Sugerir que se fechem corretoras é um lado meio diletante de nossa tarefa. Nossa responsabilidade é mostrar e provar o que existe para ser punido. A CPI não será responsável pelo impeachment de nenhum governador. Não avocaremos responsabilidades constitucionais de outras instâncias", acrescentou.

O senador afirmou ainda que, se a CPI ultrapassar os limites de sua competência, poderá no futuro ser chamada pelo poder público a indenizar prejudicados pela sua falta de serenidade. "Precisamos trabalhar um pouco mais e falar um pouco menos", aconselhou.

## Cabral aponta o risco de boatos

Em aparte a discurso do senador Geraldo Melo (PSDB-RN), o presidente da CPI dos Precatórios, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), alertou ontem para a necessidade de a comissão ater-se aos objetivos para os quais foi criada. Ele chamou a atenção para a vulnerabilidade do mercado financeiro e para o risco de boatos provocarem efeitos proporcionalmente mais danosos que os motivos que levaram à instalação da CPI.

- A mim importa que sejam apurados os efeitos criminosos que a emissão irregular de títulos produziu, mas também é fundamental que não coloquemos no pelourinho alguém que seja



Bernardo Cabral

inocente - disse o senador.

Bernardo Cabral informou ter sido procurado pelo deputado José Lourenço (PFL-BA), com um pedido para que a comissão receba um dos diretores do Bradesco, o qual deseja colaborar com as investigações em curso. Disse também que o advogado Márcio Thomás

Bastos informou-lhe que Wagner Baptista Ramos, um dos principais suspeitos de atuar na negociação irregular de títulos públicos, deseja prestar novo depoimento à comissão.

- O que me surpreende é que estão procurando a CPI com o intuito de colaborar - disse Cabral. Daí por que ele entende que a comissão deve ater-se à sua missão, a fim de não perder-se nas especulações feitas pela imprensa. "Nosso objetivo principal é conseguir defender o contribuinte sério, que está em risco de ser lesado", afirmou. Ele defendeu a punição dos que "se beneficiaram escandalosamente dos dinheiros públicos".

# ACM aponta falha do Banco Central

*Presidente do Senado garante que a CPI dos Precatórios irá até o fim de seus trabalhos e manifesta esperança de que o inquérito parlamentar identifique os responsáveis pelos desvios*

## Malan garante que pareceres foram conclusivos

O senador Antonio Carlos Magalhães recebeu ontem em audiência o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que veio cumprimentá-lo por sua eleição para a presidência da Casa. Os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), líder do governo no Congresso, e Elcio Alvares (PFL-ES), líder do governo no Senado, acompanharam o encontro.

Sem entrar em detalhes dos temas tratados em seu encontro com Antonio Carlos, Malan fez questão de negar que os pareceres dados pelo Banco Central no caso das emissões de títulos para pagamento de precatórios não fossem "conclusivos". E disse esperar que o resultado da CPI traga o aprimoramento dos sistemas de acompanhamento e trabalho do Banco Central nessa área. O ministro preferiu não emitir opinião sobre a atuação do Senado no processo de aprovação dos pedidos para lançamento de títulos públicos.

O líder do governo no Senado, Elcio Alvares, afirmou na saída da audiência que a Casa também estará fazendo sua autocrítica dentro desse processo. O senador destacou sua convicção de que temas como esse receberão um tratamento técnico mais rigoroso no âmbito das comissões da Casa. E fez questão de enfatizar que "as decisões dos senhores senadores, no plenário, decorreram da confiança que havia na idoneidade dos documentos que instruíam os pedidos para emissão de títulos públicos".

Elcio lembrou que o Senado é por natureza a Casa de representação dos estados e, em função disso, os pleitos legítimos das unidades da Federação têm grande peso nas deliberações parlamentares.



Antonio Carlos recebe Malan, acompanhado de Arruda

## Moralidade faz com que o Senado "dê exemplo"

As medidas administrativas adotadas pelo Senado para conter despesas e acabar com desvios de função de seus funcionários servem para fazer com que a Casa "dê exemplo", afirmou ontem o senador Antonio Carlos Magalhães. Quem não trabalhar não ganha, observou o presidente do Senado, informando que as medidas já estão em pleno vigor, sendo cada diretor responsável pela sua área.

Antonio Carlos disse que não tem dúvida quanto ao apoio dos senadores às me-

didadas tomadas. "Estou fazendo tudo pela moralidade pública, certo de contar com o apoio unânime dos senadores que querem a moralidade", afirmou.

O senador disse que não tem um cálculo de quanto será economizado pelas medidas, mas comentou que "toda economia é um bom serviço ao povo, sobretudo se acontece em favor da moralidade". Ele esculhereu que a fiscalização das jornadas de trabalho nos gabinetes dos senadores é de responsabilidade dos próprios parlamentares.

## Liberado o uso de calças compridas para mulheres

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem à imprensa que liberou o uso de calças compridas em todas as dependências da Casa. Jornalistas, funcionárias e visitantes, assim trajadas, não tinham acesso a locais considerados nobres da Casa, como o plenário e seus

anexos.

O senador advertiu, porém, que "há calças e calças", ou seja, os abusos não serão permitidos. "Quem estiver vestindo trajes decentes, de acordo com as atividades do Senado Federal, não tem por que não frequentar todos os ambientes da Casa".

O Banco Central falhou, "no mínimo por omissão grave", na questão dos desvios de finalidade dos títulos públicos emitidos por estados e municípios para o pagamento de precatórios judiciais. A declaração foi feita pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, durante entrevista concedida ontem, após receber o ministro da Fazenda, Pedro Malan, em audiência.

Antonio Carlos garantiu aos jornalistas que o Senado será muito mais rigoroso na apreciação dessas matérias, e que a CPI dos Precatórios irá até o fim em seus trabalhos. Ele manifestou esperança de que o inquérito parlamentar permita identificar os responsáveis pelos desvios e proponha medidas que previnam problemas futuros.

De acordo com o senador, a Casa também adotará medidas para reforçar a atuação das comissões técnicas encarregadas de aprovar a emissão de títulos públicos. Esse rigor, acrescentou, será permanente e vai anteceder a apreciação dos projetos pelo plenário. Indagado sobre os limites de atuação da CPI, Antonio Carlos Magalhães foi taxativo: "O limite da CPI é a lei".

## Presidente da Radiobrás visita a Casa

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem em audiência os cumprimentos do presidente da Radiobrás, Maurílio Ferreira Lima, pela sua eleição à presidência do Congresso. Maurílio informou a ACM sobre sua transferência para o PMDB de Pernambuco e sobre seu engajamento na articulação política para manter a atual aliança de sustentação do governo FHC na próxima eleição estadual.

# Ademir cobra informações sobre a reforma agrária

*Programa financiado pelo Bird, relação de desapropriações e legalidade da compra de 4,7 milhões de ha são alvo de questionamento*

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem à Mesa da Casa requerimento de informações para ser encaminhado ao ministro da Reforma Agrária e Política Fundiária, Raul Jungmann, solicitando esclarecimento sobre um programa de reforma agrária que será executado pelo governo federal, com recursos do Banco Mundial (Bird), nos estados do Ceará, Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Maranhão.

O senador deseja saber quais os critérios da escolha e por que o Pará não está entre os beneficiados pelo financiamento, embora seja "um dos estados onde se concentram os mais graves conflitos entre latifundiários e trabalhadores".

A contratação do financia-



Ademir Andrade

mento de US\$ 150 milhões, junto ao Bird, seria concluída ontem, em Washington, informou o senador.

Ademir Andrade disse não acreditar que o presidente Fernando Henrique Cardoso tenha honrado o compromisso de campanha com relação à questão fundiária. "Quero que o governo me desminta. O presidente Fernando Henrique não assentou nenhuma família. Apenas regularizou a situação das pessoas que ousaram enfrentar os latifundiários."

O senador cobrou do ministro Raul Jungmann resposta a um outro requerimento no qual solicita várias informações como, por exemplo, a relação de todas as desapropriações já realizadas pelo governo fede-

ral; o número de famílias assentadas; quanto o governo pagou em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e em dinheiro; e se a área estava livre ou ocupada por latifundiário.

Ademir pediu, ainda, providências legais por parte da Mesa da Casa quanto ao requerimento apresentado há quase um ano e que, até agora, não obteve resposta do ministro Raul Jungmann. O senador disse que nesse requerimento, datado de 7 de maio de 1996, solicita informações sobre a legalidade da aquisição, pelo empresário Cecílio do Rego Almeida, de 4,7 milhões de hectares de terras no Pará, uma área equivalente à metade do estado de Santa Catarina.

No exercício da presidência, Carlos Patrocínio (PFL-TO) esclareceu que Ademir Andrade será atendido como determina o Regimento da Casa.



Valmir Campelo

## Valmir sugere a criação de cargo de fiscal agropecuário

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pediu ontem ao governo federal que acelere os estudos para a criação da carreira de Fiscal Federal Agropecuário. A seu ver, essa iniciativa vai proporcionar ao país um sistema "moderno e eficaz" de fiscalização dos produtos agropecuários, restaurando, assim, a credibilidade perante os importadores.

Segundo o senador, todos os países com os quais o Brasil mantém intercâmbio comercial no setor agropecuário já operam com rigoroso controle zoofitosanitário. "Não podemos ficar à margem do desenvolvimento e relegar a vigilância sanitária, a inspeção de produtos de origem animal e vegetal, bem como a fiscalização dos insumos agropecuários a planos tidos como de importância secundária", frisou.

Valmir Campelo advertiu que o mercado externo brasileiro vai sofrer um encolhimento "de difícil e onerosa recuperação" enquanto o país não adotar um controle interno da produção, da comercialização e do escoamento dos produtos agropecuários.

- Pelo bem da saúde de todos e pela preservação e ampliação do mercado exterior no segmento agropecuário, espero que o governo viabilize, com urgência, a criação do cargo de Fiscal Federal Agropecuário - acrescentou.

## Suplicy busca diálogo do governo com o Movimento dos Sem-Terra

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) quer promover uma audiência dos coordenadores do Movimento dos Sem-Terra com o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, por ocasião da chegada, em Brasília, da marcha de trabalhadores iniciada em São Paulo e em outros pontos do país.

Suplicy anunciou ontem sua intenção de apresentar essa idéia aos líderes do MST. Apesar de ACM ter baixado norma proibindo a instalação de acampamentos no gramado defronte ao Congresso Nacional, Suplicy acredita que a decisão não representa uma recusa

a receber o MST.

Com o objetivo de promover o diálogo do governo com os sem-terra, o senador informou que os onze senadores do bloco de oposição terão hoje audiência com o ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann.

### TIMOR

Suplicy considerou positiva a notícia de que o Brasil vai manter contato direto com a resistência timorense, em encontro marcado para o próximo dia 5 em Dili, capital do Timor Leste, entre o subsecretário-geral para Assuntos Políticos do Itama-



Eduardo Suplicy

raty, Ivan Canabrava, e o bispo católico Dom Carlos Ximenes Belo, que dividiu o Prêmio Nobel da Paz com José Ramos Horta. Do encontro deve sair um acordo para que o

Brasil preste auxílio, na área educacional, aos timorenses.

Outro tema abordado pelo senador foi a recusa do ex-ministro da Aeronáutica Mauro Gandra em assumir o posto de observador militar em Nova York. Suplicy estranhou que o presidente da República tenha elogiado a atitude de Gandra.

# ACM promete apoio a seringueiros

*Preços mínimos, crédito e delimitação de novas áreas extrativistas são as reivindicações consideradas "razoáveis" pelo presidente do Senado em encontro com manifestantes*

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, comprometeu-se a defender, junto ao presidente da República, as reivindicações que lhe foram submetidas ontem por um grupo de trabalhadores dos seringais da Amazônia, que reclamam maior atenção do governo ao setor.

Acompanhado pela senadora Marina Silva (PT-AC) e pelo senador Jefferson Peres (PSDB-AM), e liderado pelo presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros, Atanagildo de Deus Matos, o grupo de trabalhadores foi recebido no Salão Negro. Antonio Carlos disse que esse era um bom exemplo do tipo de manifestação pacífica e ordeira que será sempre permitida no Congresso Nacional.



A senadora Marina Silva e o senador Jefferson Peres acompanharam os seringueiros no Senado

O senador afirmou que era sensível ao apelo que lhe foi dirigido, e levaria o assunto ao presidente Fernando Henrique Cardoso, por considerar as reivindicações "razoáveis, nada que não possa ser atendido". Antonio

Carlos disse que ajudar nesse tipo de situação faz parte do papel de presidente do Senado.

Os seringueiros trouxeram a Antonio Carlos Magalhães uma pauta de três itens: estabelecimento de

uma política de garantia de preços mínimos para a borracha; viabilização da linha de crédito já autorizada, através do Banco da Amazônia (Basa); e a delimitação de novas áreas de reserva extrativista.

## Ernandes Amorim defende legalização do jogo de azar

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) pediu ontem o apoio dos demais senadores para projeto de sua autoria que propõe a legalização do jogo de azar, entre eles o jogo do bicho. Para o senador, com a legalização, a polícia se liberaria do combate a essa prática, que atualmente constitui contravenção, e seriam criados mais empregos.

A proposição estabelece que parte das receitas obtidas com a exploração desses jogos será destinada a ações de saúde pública e a financiamentos a micro, mini e pequenos produtores rurais.

Conforme o senador, "o jogo do bicho é praticado em qualquer esquina do país, mas a hipocrisia tem impedido a aprovação do proje-



Ernandes Amorim

to". Além disso, acrescentou, qualquer cidadão tem acesso aos cassinos de Las Vegas, através da Internet.

Ernandes Amorim assinalou que o jogo do bicho emprega, geralmente, pessoas que estão passando fome e precisam trabalhar para sustentar suas famílias. Ele espera que o parecer do relator, senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES), seja favorável à sua proposta.

## Marina reclama política de preços justos para borracha

A senadora Marina Silva (PT-AC) pediu ontem ao governo federal e ao Congresso Nacional que apoiem a reivindicação dos seringueiros da Amazônia, que reclamam uma "política de preços justos" para a borracha natural. Ela informou que cerca de 250 extrativistas da região tiveram uma reunião ontem com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para pedir o seu apoio às causas da categoria.

Segundo Marina, outra reivindicação dos seringueiros é para que se resolvam os problemas

da implementação do Programa de Apoio ao Extrativismo (Prodex). "É preciso criar linhas de crédito a juros baixos para a atividade", disse. Lembrando que a borracha já foi responsável por 40% da exportação brasileira, a senadora afirmou que não estão sendo criadas reservas extrativistas nem projetos de assentamento por parte do Ibama e do Inkra.

- A Amazônia precisa de uma reforma agrária ecológica e diferenciada do resto do país - defendeu.



Lúcio Alcântara

## Alcântara quer facilitar o voto de deficientes

Os juízes eleitorais deverão escolher e indicar os locais de votação de fácil acesso aos deficientes físicos, se aprovado projeto de lei apresentado pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A medida atende a dispositivo constitucional que prevê a adoção de providências para garantir a integração dos portadores de deficiência na vida social.

Segundo Alcântara, pesquisas mostram que 10% dos brasileiros são portadores de algum tipo de deficiência. Para ele, "a verdadeira expressão democrática do estado de Direito só se realiza se a ordem jurídica de cada país buscar amparar, cada vez mais, os socialmente fracos, seja por questões de pobreza, de preconceito ou de discriminação".

- Não é por outra razão que as normas internacionais referentes aos direitos humanos estão a exigir que se dê a devida atenção àqueles que se encontram em situação desprivilegiada em relação ao todo da sociedade - afirmou.

# Reformas devem ser debatidas com a sociedade, diz Odacir

*Ele critica "tom apocalíptico" com que governo enfatiza urgência de medidas*

O senador Odacir Soares (PFL-RO) afirmou que o governo precisa acabar com "o tom apocalíptico" que tem usado para enfatizar a urgência de medidas do interesse do Executivo,

como as reformas administrativa e da Previdência. A seu ver, medidas como essas, quando impostas sem consulta à opinião pública, "mais cedo ou mais tarde vêm abaixo, derribadas por alguma contra-reforma".

Segundo o senador, recentes acontecimentos na França e na Itália mostram que existem três condições indispensáveis para o sucesso de uma medida como essa: acordo entre o governo e entidades sindicais, acordo suprapartidário e plebiscito popular.

- É preciso esfriar a cabeça dos que pensam que reformas da envergadura da reforma previdenciária e da administrativa - que mexem a fundo com a vida e com os planos de vida de milhões de brasileiros - possam obter bons resultados quando conduzidas a ferro e

fogo e votadas a toque de caixa por minorias nem sempre suficientemente sensíveis à sorte dos trabalhadores e salarizados - disse o senador.

Odacir criticou o ministro Reinhold Stephanes, que, conforme a *Folha de S. Paulo*, teria afirmado que "a aposentadoria por tempo de serviço precisa acabar de uma vez, sem prazo mínimo de transição". Segundo o senador, o ministro disse ainda que, se assim não fosse, seria melhor nada fazer, porque em dois ou três anos a situação ficaria de tal modo ruim que a reforma, da maneira que o governo quer, seria feita "de todo jeito".

- Talvez os agentes do Poder não se tenham dado conta de que por detrás dessa linguagem parece disfarçar-se o *ultimatum* dos que prefeririam decidir sem ouvir quem precisa ser ouvido; reformar, sem ponderar todas as consequências das reformas; governar, sem consultar os governados; exercer o poder sem tomar conhecimento de outros poderes - ressaltou.



Odacir Soares



Epitácio Cafeteira

## Para Cafeteira, o busto de Rui merece destaque

O senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) cobrou a colocação do busto de bronze do ex-senador e jurista Rui Barbosa em lugar de destaque no plenário, "sob a arcada existente embaixo da imagem de Jesus Cristo, em altura de onde domine a cadeira da presidência e seja visível do recinto", conforme prevê resolução do Senado. O busto encontra-se atrás das cadeiras dos senadores.

Na opinião de Cafeteira, está sendo cometida uma injustiça com uma figura merecedora do maior respeito e admiração. "Deveria estar o busto de Rui Barbosa em lugar de destaque, com luzes a iluminá-lo para que todos nós, à sua frente, estivéssemos, também, iluminados pela sua presença, seu exemplo, seu saber", disse.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, esclareceu que a Mesa e a Diretoria Geral da Casa já estão tomando as devidas providências para que se cumpra aquela determinação.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, GERALDO MELO, FLAVIANO MELO E CARLOS PATROCÍNIO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo  
**2º Vice-Presidente:** Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima  
**2º Secretário:** Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo  
**4º Secretário:** Lucídio Portella

**Suplentes de Secretário:** Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

**Senado na Internet -** <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Lider que saem de Brasília

### Jornal do Senado

**Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)**  
 - **Endereço:** Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - **Telefones:** (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e **Fax:** 311-3137 - Brasília - DF

**Diretor da Secretaria de Comunicação Social -** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Divulgação e Integração -** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado -** Flávio de Mattos

**Diretor da Agência Senado -** José do Carmo Andrade

**Editores -** Djaila Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

**Diagramação -** Sergio Luiz e Wesley Carvalho

**Fotos -** Célio Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento

**Revisão -** Lindolfo Amaral e Maria das Graças Aureliano

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.